



Ao anunciar seu plano, Fernando Henrique vai insistir em que a poupança é "intocável e sagrada"

Equipe prevê arrecadar mais 15%

São Paulo — A equipe econômica do Governo trabalha com uma expectativa de aumento de 15% na arrecadação de impostos em 1994 e é esse percentual excedente que deverá ser retirado das transferências a estados e municípios para formar a "Reserva Social de Emergência". O dinheiro dessa reserva será revertido aos municípios em investimentos nas áreas social, de saúde e educação. A explicação foi dada no sábado pelo ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, para tranquilizar cerca de 30 prefeitos de seu partido que estiveram reunidos no II Congresso do PSDB, e temiam uma perda de receita com o bloqueio de verbas. A Reserva Social de Emergência é uma das medidas embutidas no plano econômico que o ministro deve anunciar amanhã.

"Não se trata de um fundo para o governo gastar, mas de um mecanismo contábil para fazer frente às necessidades dos próprios mu-

nícipios. Somos favoráveis à descentralização das verbas, mas não vamos mais tomar dinheiro emprestado e endividar o governo", disse Cardoso.

O prefeito Alberto José Meirelles Leite, da cidade de Rio Grande, no Rio Grande do Sul, disse que a equipe econômica estima um crescimento de 15% nas verbas a serem repassadas aos municípios em 1994 com base nas ações de fiscalização da Receita Federal, com aumento de arrecadação de impostos como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto de Renda.

"Como há uma expectativa de crescimento de 15% na Receita, nossas verbas atuais, em termos reais, não seriam afetadas", disse Leite.

Segundo o prefeito de Campinas (SP), José Roberto Magalhães Teixeira, a reserva de emergência seria redistribuída aos municípios para atender projetos específicos na área social e as cidades mais carentes teriam prioridade. Todos os mu-

nícipios, de acordo com Magalhães, receberiam em 1994 o mesmo valor, em dólar, recebido em 93.

"O Fundo de Participação dos Municípios contribui hoje com um percentual entre 10% a 12% da receita de alguns municípios. Cidades menores, porém, dependem em 80% desse repasse federal e elas teriam prioridade", explicou Teixeira.

O ministro da Fazenda disse ainda que a administração da reserva será feita com a participação dos próprios municípios, mas evitou entrar em detalhes, alegando que o funcionamento seria anunciado amanhã. Muitos dos prefeitos presentes ao encontro, no entanto, saíram sem saber direito se essa contribuição ao equilíbrio das contas do Governo Federal significa ou não uma perda real de verbas, já que o percentual de 15% está vinculado a um esperado aumento de receitas na mesma proporção, o que pode não acontecer.